



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

JUSTIFICATIVA PARA RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 1442/2024

Na legislatura passada, precisamente em 26/12/2024, foi assinado pelo então gestor da Câmara, o Contrato de nº 018/2024, com a empresa R. DOS SANTOS ALVES JÚNIOR, inscrita no CNPJ sob o nº 42.596.448/0001-60, com a finalidade de execução de projeto de engenharia para ampliação e construção de novo acesso ao estacionamento, construção de mureta com alambrado para contenção de águas pluviais.

A cláusula décima do referido contrato de nº 018/2024, prevê a possibilidade de rescisão do contrato em virtude dos motivos estabelecidos nos arts. 137 e 138 da Lei 14.133/2021.

A rescisão do contrato nº 018/2024 encontra escopo na hipótese do inciso VIII, do Art. 137, da Lei 14.133/21, *in verbis*:

“Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

...

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;”

As razões de interesse público são:

I – No projeto de engenharia contido nos autos, não há o estudo do impacto de vizinha, uma vez que a contenção das águas pluviais que invadem as dependências da Câmara, serão desviadas e poderão atingir os imóveis vizinhos, e essa possibilidade não está devidamente prevista e resolvida no projeto de engenharia.

II – Em virtude da alteração do Parágrafo Único do Art. 12, da Lei Orgânica do Município, que alterou o número de cadeiras no Parlamento Municipal para dezessete, será necessária uma grande alteração na estrutura física da Câmara, e seria contraproducente realizar essas pequenas alterações agora, que poderão ser novamente alteradas num futuro próximo, ocasionando desperdício do dinheiro público.

Jataí, 10 de janeiro de 2025.


Marcos Patrick de Castro Gomes
Presidente